PRÁTICAS INOVADORAS PARA COMBATER O FEMINICÍDIO DE MARIELLE FRANCO

CCJC

ANA CAROLINA VIANA
ARTHUR HENRIQUE
ELORA THAINÁ
FILIPE EMANUEL

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA 1

2. INTRODUÇÃO 2

2.1 - "FEMINICÍDIO" 2

2.2 - MARIELLE FRANCO 3

3. A PROBLEMÁTICA DO FEMINICÍDIO NO BRASIL 6

3.1 - O ALARMANTE NÚMERO DE CASOS 6

3.2 - O QUE REALMENTE ACONTECE 12

4. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA 13

4.1 - ATRIBUIÇÕES 13

4.2 - FUNCIONAMENTO E PARTICIPAÇÃO CIVIL 14

5. O CASO DE MARIELLE FRANCO 15

6. LEIS 18

7. REPRESENTAÇÕES 18

7.1 FLÁVIA ARRUDA 18

7.2 SÂMIA BOMFIM 18

7.3 ALESSANDRO MOLON 19

7.4 MARIA DO ROSÁRIO 20

7.5 REGINALDO LOPES 21

7.6 ERIKA KOKAI 21

7.7 GLEISI HOFFMANN 21

7.8 TABATA AMARAL 22

7.9 TÚLIO GADELHA 23

7.10 PAULINHO DA FORÇA 23

7.11 CLARISSA GAROTINHO 24

7.12 RENATA ABREU 24

7.13 MARCO FELICIANO 25

7. 14 KIM KATAGUIRI 25

7.15 JOICE HASSELMANN 26

7.16 EDUARDO BOLSONARO 26

7. 17 CAROLINE DE TONI 27

7.18 MARGARETE COELHO 27

7.20 ÉDER MAURO 28

7.21 LUÍSA CONZIANI 28
7.22 ALEXANDRE FROTA 29
7. 23 MARCELO FREIXO 29
7.24 JOENIA WAPICHANA 30
7.25 FELIPE FRANCISCHINI 30
8 QUESTÕES RELEVANTES PARA O COMITÊ 30
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 31
REFERÊNCIAS 31

1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA

Filipe Emanuel

Olá, senhores delegados! Meu nome é Filipe Emanuel, tenho 18 anos e, nos dias da simulação, eu serei o diretor deste comitê muito importante nos tempos atuais. Essa será minha XV simulação e, na edição anterior, eu fui Secretário Geral desse evento maravilhoso que é a UNIF. Estou fazendo faculdade de Letras no país UFJF. No mais, agradeço a Elora, a Carol e o Arthur, que aceitaram embarcar nessa loucura de ser diretor junto comigo. Por fim, aguardo todos vocês em nosso evento, a começar no dia 28 de junho. Beijos, Filipe.

Elora Dias

Sejam muito bem-vindos, senhores delegados!!! Me chamo Elora Dias, tenho 18 anos, e estudo no IFMG. Durante nossa simulação serei diretora nesse comitê maravilhoso onde abordaremos um tema de suprema relevância no nosso cenário atual. Tenho pouca experiência como diretora, essa é minha segunda vez compondo uma mesa, mas já é minha V simulação e, atualmente sou bolsista do GRIIF (Grupo de Relações Internacionais do IFMG). Gostaria de agradecer a presença dos senhores e principalmente dos meus companheiros de mesa, que tiveram a atenção, paciência e tanto carinho para preparar a melhor experiência de suas vidas. Por fim,

sejam bem-vindos novamente, aguardo todos vocês em nosso evento. Ótimo estudo, estarei a disposição de todos. Beijos, Elora!

Arthur Henrique

Olá, senhores e senhoras delegados.Sejam todos bem-vindos!! Eu me chamo Arthur Henrique, tenho 18 anos, ex aluno do IFMG e atualmente sou estudante de relações internacionais da PUC MINAS. Sou muito grato a UNIF e o GRIIF por ter conhecido e participado do mundo das simulações, e hoje poder estudar tudo isso mais profundo, para mais pra frente seguir na carreira diplomática e política. Essa será minha XV simulação, participei do secretariado do evento do ano passado e já fui diretor e delegado da UNIF. Estou voltando para minha casa, o IF é um dos lugares onde eu passei os melhores anos da minha vida. Nosso tema de comitê é extremamente atual e muito importante para o Brasil. Portanto, coloquem para fora suas indignações e lutem por um país mais justo e democrático. Não deixem essa oportunidade passar e também não deixem de expressar sua indignação! Forte abraço e espero vocês na UNIF!

Carol Viana

Olá, senhorxs delegadxs!! Meu nome é Carol Viana, tenho 18 anos e sou ex aluna do IFMG, primeiramente, agradeço imensamente ao Filipe, a Elora e ao Arthur por me permitirem ser diretora nesse comitê que acredito ser de extrema importância na nossa atual conjuntura. Essa será minha primeira vez como diretora, mas sei que com a ajuda de vocês e dos demais diretores faremos uma belíssima simulação. Portanto, sejam muito bem-vindos e aproveitem essa incrível oportunidade. Beijos, Carol!

2. INTRODUÇÃO

2.1 - “FEMINICÍDIO”

A categorização de homicídio como femicídio/feminicídio é oriundo da teoria feminista, sendo o termo (femicide) atribuído a Diana Russel, que em 1976 o utilizou para referir a morte de mulheres por homens, pelo fato de serem mulheres, se tornando uma alternativa ao termo original, que invisibiliza o crime contra mulheres.

Portanto, o termo foi utilizado como um contraponto à neutralidade do termo homicídio. Contudo, é redefinido por Jane Caputi e Diana Russell como uma sequência de horrores contra as mulheres que inclui uma variedade de abusos físicos e psicológicos, tais como o estupro, a tortura, a escravidão sexual (particularmente a prostituição), o incesto, o abuso sexual contra crianças, agressão física e sexual, operações ginecológicas desnecessárias, assédio sexual, mutilação genital, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (pela criminalização do aborto), cirurgia cosmética e outras cirurgias em nome da beleza. Qualquer dessas formas de terrorismo que resultem em morte será feminicídio. Diante disso, o termo aparece, então, como uma contínua violência estrutural, fundamentada no patriarcalismo da sociedade.

Para alguns autores, o feminicídio é puramente o assassinato de mulheres por razões associadas a algumas relações do seu gênero. É a violência mais brutal baseada no poder, dominação e controle exercida pelos homens sobre as mulheres.

Conforme a juíza brasileira Marixa Fabiane "A subjugação máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. A mulher sempre foi tratada como uma coisa que o homem podia usar, gozar e dispor".

As práticas de violência contra a mulher são históricas, porém extremamente atuais. No Brasil, tais práticas se tornam contínuas, em um ciclo, pois as desigualdades e discriminações se manifestam tanto no acesso à direitos, oportunidades quanto na violência. Tudo isso, alimenta um sentimento de posse, objetificação e de ódio. Durante toda história brasileira essas práticas fizeram parte do cotidiano feminino. A violência contra as mulheres se tornou cultural e nos dias de hoje se torna frequente e cada vez mais presente no Brasil. Mesmo que no código penal brasileiro considera feminicídio como crime hediondo e que a lei Maria da Penha seja considerada pela ONU umas das melhores leis de combate a violência contra as mulheres no mundo, os números de assassinatos de mulheres caracterizados como feminicídios estão cada vez mais altos.

Diante do que foi mencionado, a temática se torna muito atual e cada vez mais importante. Mulheres são mortas todos os dias e a violência se torna cada vez mais frequente. É necessário inovar e combater essa prática. Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania tem a obrigação discutir práticas inovadoras para combater e vencer o feminicídio.

2.2 - MARIELLE FRANCO

Marielle Francisco da Silva era mulher, negra, mãe, nascida e criada na favela da Maré, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. Foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Formou-se pela PUC-Rio, e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve como tema: "UPP: a redução da favela a três letras". Trabalhou em organizações da sociedade civil como a *Brasil Foundation* e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo.

Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Aos 19 anos, se tornou mãe de uma menina. Isso a ajudou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas.

Nesse comitê, debateremos as investigações sobre o assassinato desta vereadora e de seu motorista Anderson Pedro Gomes, que foram executados no dia 14 de março de 2018. Analisaremos as conclusões que até o momento foram apresentadas e buscaremos respostas para conclusão do caso.

Para introduzirmos a sessão destinada ao caso de Marielle e Anderson, separamos algumas notícias que foram mostradas após o ocorrido.

De acordo com *The Intercept*, no dia 14 de março de 2018, um aplicativo que monitora a quantidade de tiroteios disparados ativou no celular de uma pessoa, demonstrando, assim, que o mesmo viria do centro do Rio de Janeiro, na tarde desse dia que já foi falado. O relato foi profundo e mostrou, num viés emotivo, a situação de uma pessoa que ficou em choque com o assassinato de uma vereadora. Abaixo, a notícia na íntegra:

> **"[...]** Eu postei essa informação no Fogo Cruzado às 21h36 desta quarta-feira. O *Fogo Cruzado* é um aplicativo que monitora a incidência de tiroteios e disparos de arma de fogo na região metropolitana do Rio de Janeiro e ao qual venho me dedicando nos últimos 2 anos. Pouco depois da postagem, meu WhatsApp começou a receber mensagens. 21h51: "Mataram uma vereadora do PSOL e seu motorista agora. Rua do matoso esquina com rua joão primeiro". 21h52: "Tem contatos no PSOL?". Paralisei e pensei: "Puta merda. Só tem uma vereadora no PSOL. Não pode ser a Marielle. Ela tava ao vivo no Facebook agora há pouco". O evento onde ela estava ao vivo já tinha acabado. Ela estava indo pra casa. Acionei contatos na polícia e imprensa até descobrir que sim: era a Marielle. Aos 38 anos, ela foi assassinada por pessoas que atiraram de dentro de um carro que emparelhou com o dela na região central do Rio de Janeiro. Foram ao menos nove tiros. O motorista, Anderson Pedro Gomes, também foi morto. Uma assessora foi ferida por estilhaços e socorrida. [...] Vocês já foram em velórios de gente assassinada? É horroroso. Os gritos de dor, os clamores por justiça. Justiça que raramente chega. Conheci Marielle pouco depois que me mudei pro Rio, há quase uma década, na mesma Maré onde ela nasceu – e da qual se orgulhava –, primeiro lugar onde trabalhei e onde fiquei por cerca de 3 anos. Ela já trabalhava dando suporte a vítimas de violência. Trabalho que ela começou a fazer após perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes na Maré. [...] Conhecia a pessoa, acompanhava seu trabalho há anos. Sequer hesitei. Lembro do dia da apuração dos votos, amigos na Lapa, celular na mão, atualizando sistematicamente o aplicativo do TSE. Marielle bateu 5 mil, 6 mil, 10 mil, 15 mil votos. Era inacreditável. Foi a 46 mil votos. Uma votação histórica. Uma coisa raríssima: uma mulher negra, moradora de favela eleita vereadora no Rio. Me lembro que sua primeira medida foi propor um projeto para que as creches municipais atendessem também à noite. Ela sabia a hora que mães periféricas chegavam em casa. Pensei: "valeu meu voto". Marielle se foi. Sabe quantas fotos de Marielles mortas eu vejo todos os dias? Dezenas, de todos os ângulos, compartilhadas pelas redes, imagens com legendas como "toda furada". A banalidade do mal. [...] 38 anos. Minha idade. Marielle tinha muita vida pela frente. Vai fazer muita falta. Falta para família, amigos, para a política do Rio de Janeiro. Sigamos. Por Marielle.**"**

Como podemos perceber, esse relato realizado exatamente no dia da morte de Marielle e seu motorista retrata a necessidade de pessoas como a vereadora, tendo em vista a mudança que ela promoveu no Rio e nas pessoas que vivem lá. Dessa forma, podemos enxergar que sua morte ficará marcada nas faces de muitos eleitores que acompanharam o seu trabalho.

Imagem que retrata o carinho de Marielle. Por *Mídia Ninja* e *The Incerpt.*

Outra reportagem encontrada foi da revista El País, que coloca, como capa, uma foto representativa de um grupo de pessoas importantes indo ao velório de Marielle, destacando, assim, sua importância como vereadora.

Pessoas indo ao velório de Marielle.

"Todos manifestaram repúdio pela violenta execução a sangue frio de Marielle, que eleva o patamar da criminalidade no Rio de Janeiro, ao assassinar uma pessoa pública que vinha denunciando abusos na política de intervenção militar."

Além disso, foi criado um Observatório de Intervenção, para avaliar desdobramentos da intervenção, e violações de direitos humanos. A entidade cobrou uma posição imediata dos policiais militares para afastar a suspeita do seu envolvimento – a vereadora vinha denunciando abusos cometidos por policiais na comunidade do Acari, que incluíam a morte de dois moradores. Pediu também uma investigação exemplar da polícia civil para descobrir os responsáveis. Também a ONG Centro Pela Justiça e o Direito Internacional chamou a atenção para a gravidade que a morte da vereadora representa.

"Entendemos que os fatos prescindem de um tratamento diferenciado de um crime comum, decorrente da violência urbana cotidiana. A investigação dos crimes praticados contra os defensores e defensoras de direitos humanos tem, necessariamente, que partir do contexto de sua atuação", escreveu a entidade, lembrando que ela havia recém sido oficializada como relatora da Comissão de Monitoramento da Intervenção Federal do Rio, que lhe daria o poder de visitar territórios ocupados pela intervenção.

"A relevância política de Marielle, assim como de suas denúncias e o contexto de seu assassinato são fatores determinantes que devem ser tratados como eixo central na apuração dos fatos", completava a ONG, que tem por objetivo fiscalizar a aplicação das normas internacionais de direitos humanos dos países membros da Organização dos Estados Americanos, do qual o Brasil faz parte.

3. A PROBLEMÁTICA DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

3.1 - O ALARMANTE NÚMERO DE CASOS

No Brasil, todos os dias, um número significativo de mulheres, jovens e meninas são submetidas a alguma forma de violência. Assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica, agressões por parceiros ou familiares, perseguição, feminicídio, entre tantas outras. Sob diversas formas e intensidades, a violência de gênero é recorrente e se perpetua nos espaços públicos e privados, encontrando nos assassinatos a sua expressão mais grave.

O Brasil convive com elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra as mulheres – o que resulta em um destaque perverso no cenário mundial: é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres.

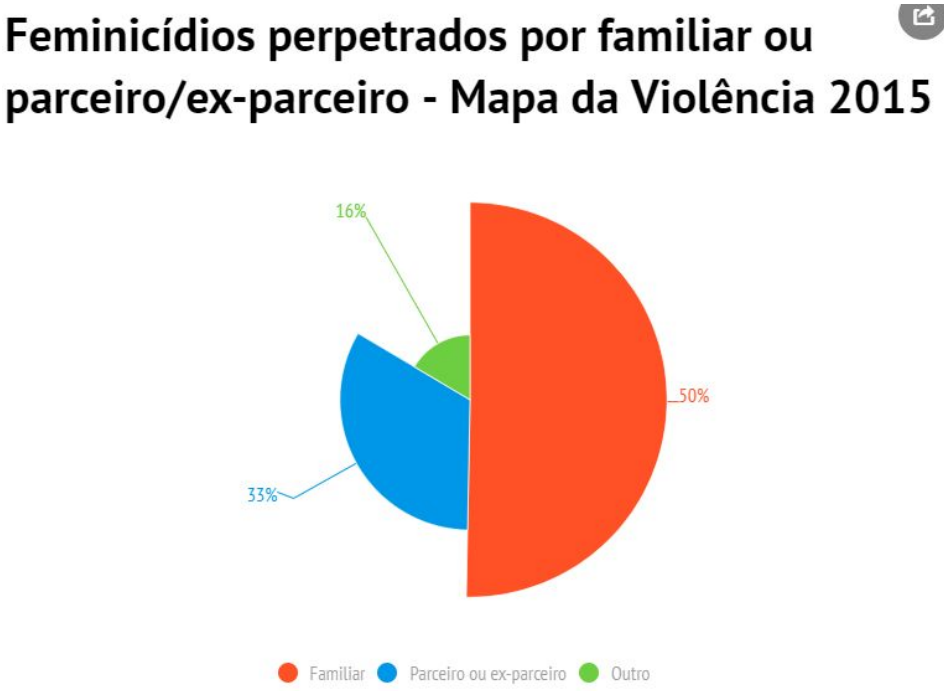
5º

Em 2013, o país passa para a 5ª posição com uma taxa de 4,8 homicídios de mulheres a cada 100 mil. Um aumento de 9% no número de assassinatos registrados. Em 2010, o Brasil ocupava a 7ª posição no ranking com uma taxa de 4,4 .

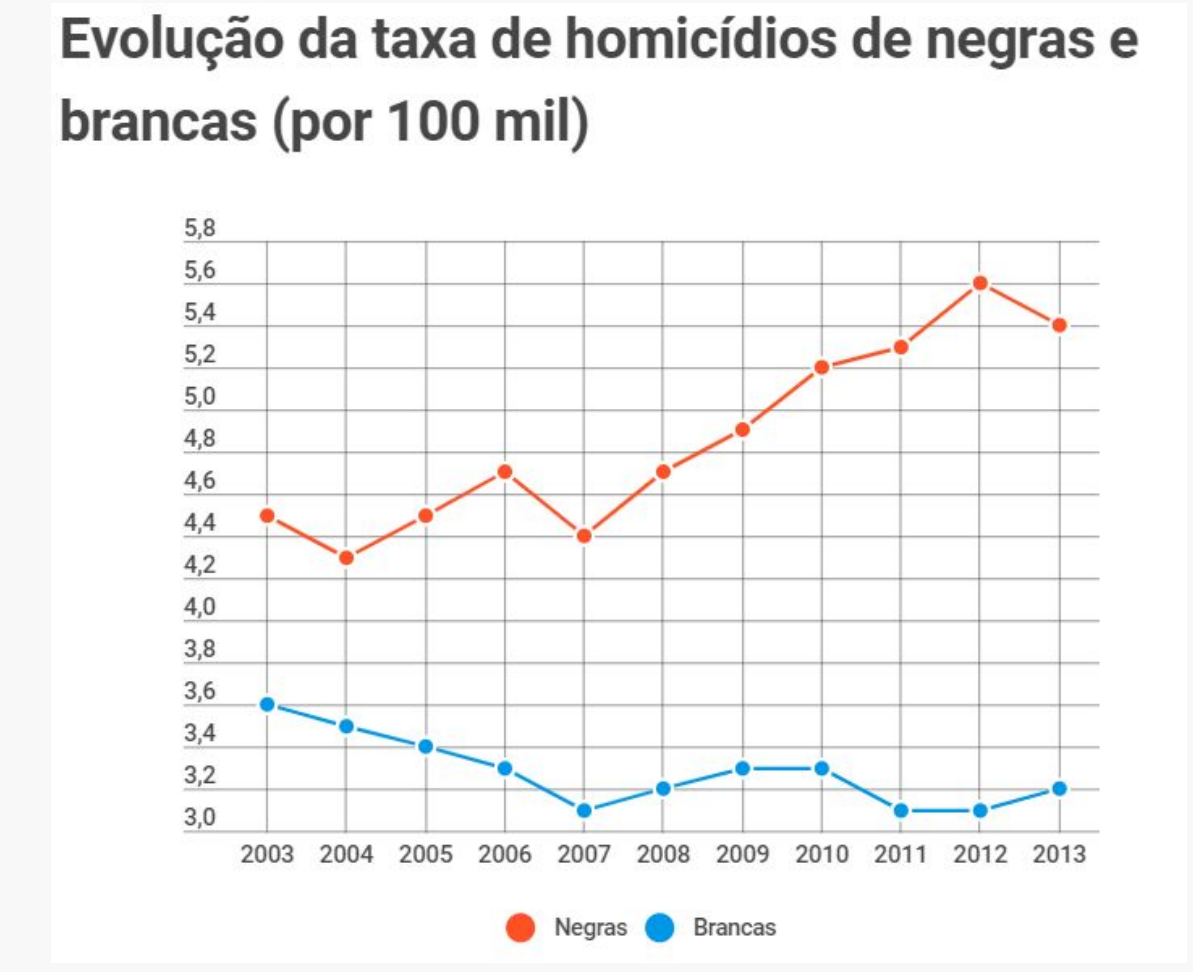
Efetivamente, só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil. Esse é um claro indicador que os índices do País são excessivamente elevados.

Mapa da Violência 2015 com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde sobre 83 países.

O Mapa de Violência de 2015 revela que mais de 106 mil brasileiras foram assassinadas entre 1980 e 2013. Somente entre esses anos mais de 46 mil mulheres mortas. O número de vítimas cresceu de 2.937, em 2003 para, 4.792 assassinatos registrados em 2013, ou seja, um aumento de 21% em uma década. Essas quase 5 mil mortes representam 13 assassinatos de mulheres por dia em 2013.

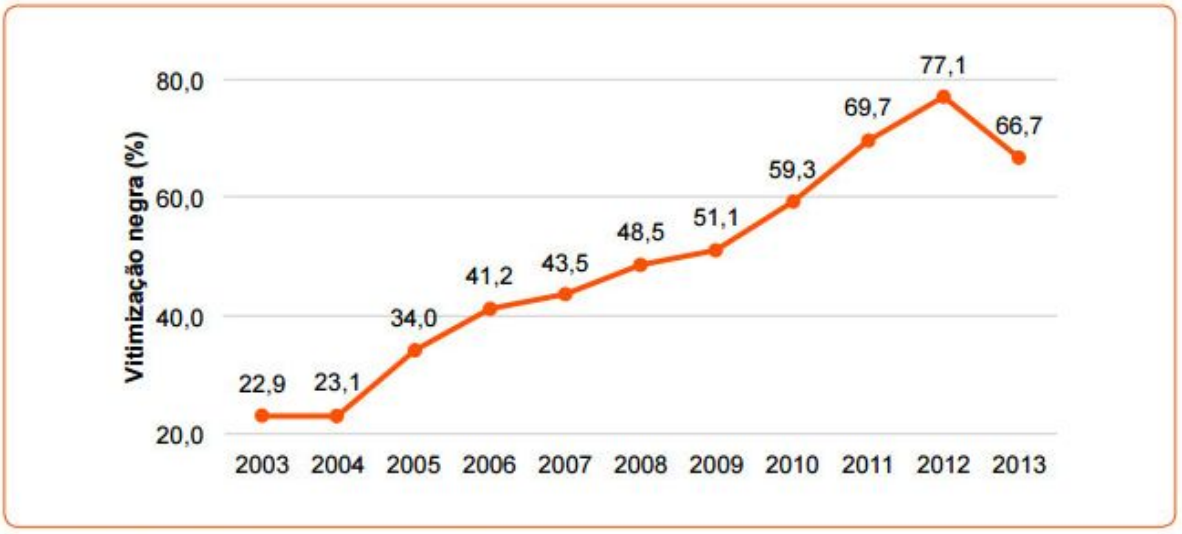


Mulheres negras morrem mais de forma violenta que as brancas. O Mapa da Violência de 2015 também registrou o aumento de 54% ocorridos em dez anos no número de homicídios de mulheres negras, que passou de, 1864, em 2003, para 2875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1747 em 2003 para 1576 em 2013.



Enquanto as taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9% entre 2003 e 2013, passando de 3,6 para 3,2 por 100 mil brancas, as taxas das mulheres negras cresceram 19,5% no mesmo período, aumentando de 4,5 para 5,4 por 100 mil.

Gráfico 7.1.5. Evolução do índice de vitimização negra (%) nos homicídios de mulheres. Brasil. 2003/2013

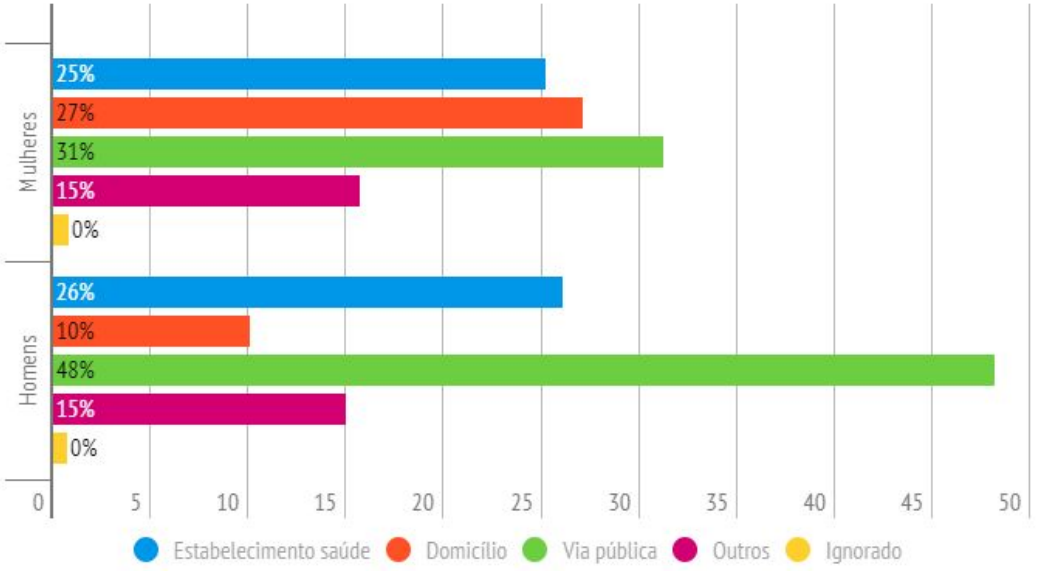


Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Os índices de vitimização das mulheres e meninas negras cresceram de 22,9%, em 2003, para 66,7%, em 2013. No período houve aumento de 190,9% na vitimização de negras, índice que resulta da relação entre as taxas de mortalidade brancas e negras, expresso em percentual.

Outro diferencial percebido nos registros de homicídios de mulheres é o local onde ocorre a agressão. Enquanto quase a metade dos homicídios masculinos acontece na rua e tem pouco peso o domicílio, nos femininos, mesmo considerando que 31,2% dos crimes acontecem na rua, a residência da vítima como local do assassinato aparece em 27,1% dos casos, o que indica que a casa é um local de alto risco de homicídio para as mulheres.

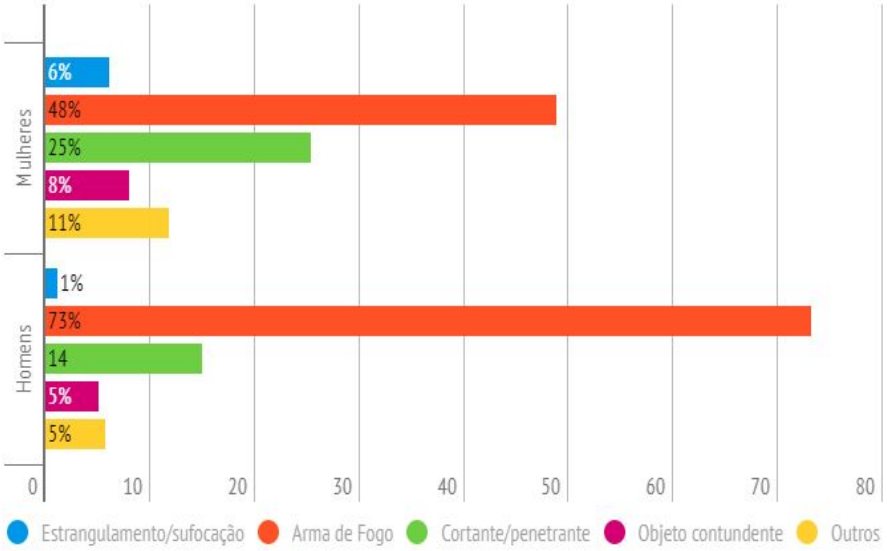
Local do homicídio (%), por sexo. Brasil 2013 - Mapa da Violência 2015



Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso/OPAS-OMS/SPM, 2015)

Tanto para homens como para mulheres, armas de fogo e objetos cortantes e contundentes são os meios mais usados nos homicídios. Mas enquanto para os homens as mortes são majoritariamente provocadas por tiros (73,2% dos casos), no caso das mulheres essa incidência é menor, de 48,8%. Já o emprego de objetos como facas e paus são mais frequentes nos homicídios femininos, o que pode indicar crimes de ódio ou por motivos fúteis.

Meios utilizados nos homicídios, por sexo.

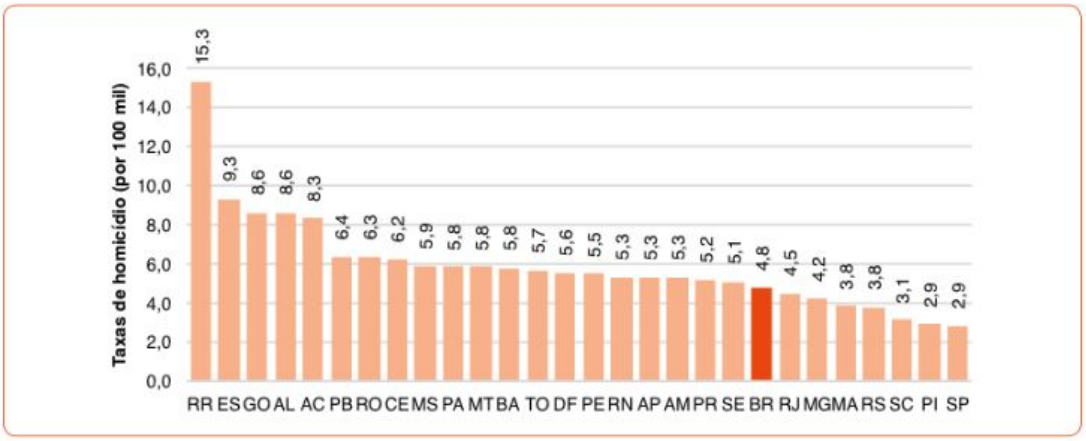


Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso/OPAS-OMS/SPM, 2015)

Diversos estados apresentaram forte aumento no número de assassinatos de mulheres na década, como Roraima, onde as taxas mais que quadruplicaram (343,9%), ou Paraíba, onde mais que triplicaram (229,2%).

Entre 2006, ano da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, e 2013, cinco estados haviam registrado quedas nas taxas: Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Gráfico 3.3. Ordenamento da UFs, segundo taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil. 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza lideram entre as capitais com taxas mais altas em 2013, acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres. São Paulo e Rio de Janeiro são as capitais com as menores taxas.

Entre 100 municípios com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino (com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres/100 mil), nas 10 primeiras posições estão: Barcelos/AM (1º), Alexânia/GO (2º), Sooretama/ES (3º), Conde/PB (4º), Senador Pompeu/CE (5º), Buritizeiro/MG (6º), Mata de São João/BA (7º), Pilar/AL (8º), Pojuca/BA (9º) e Itacaré/BA (10º).

3.2 - O QUE REALMENTE ACONTECE

Assassinadas por parceiros atuais ou ex, familiares ou desconhecidos, estupradas, esganadas, espancadas, mutiladas, negligenciadas, violadas por instituições públicas, invisibilizadas: mulheres morrem barbaramente todos os dias no Brasil. Mortes anunciadas seguem acontecendo, mas os feminicídios não se convertem em uma realidade intolerável para o Estado e nem para grande parte da sociedade, que por ação ou omissão são cúmplices da perpetuação de agressões contra as mulheres que culminaram em mortes.

Aline Yamamoto, ex-secretária adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM-PR, e Elisa Sardão Colares, analista de Políticas Sociais da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM diz:

> **"[...]** Falamos de Eloá, Eliza, Mércia, Isabella, Michelle, Sandra, Daniella, Maristela, Ângela e tantas outras mulheres que foram mortas por não aceitarem permanecer em uma relação violenta, por não aceitarem cumprir as regras ou expectativas de seus companheiros ou da sociedade, por serem vistas como objetos sexuais, por terem sido invisíveis ao Estado e ao sistema de justiça, que, na maioria dos casos, não foram capazes de ouvi-las e, portanto, de prevenir tais mortes anunciadas".

Entretanto cada caso tem sua peculiaridade, mas a maioria possui inúmeras semelhanças. Mariana Seifert Bazzo, promotora pública e coordenadora do Núcleo da Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) do Ministério Público do Paraná afirma:

> **"[...]** Os crimes são muito similares e muitos cruéis no Paraná. Na maior parte dos casos são parceiros ou ex que tentam esfaquear a mulher por reiteradas vezes ou esganá-la. E os motivos expressos revelam uma possessividade muito forte – a vítima teria desobedecido, olhado para outros homens. O autor da violência se sente 'dono' da mulher, ela é vista como uma propriedade dele, que não pode desagradá-lo sob a pena de pagar com sua integridade ou até com sua vida."

Embora a maioria dos assassinatos de mulheres aconteça no contexto de uma relação íntima de afeto e autores do crime sejam homens, essa recorrência não deve ser confundida com uma regra geral. Os feminicídios podem acontecer no âmbito de outras relações ou serem cometidos por estranhos, ou mesmo por mulheres.

Desde que a vítima do homicídio – tentado ou consumado – seja identificada socialmente como uma mulher pode-se tratar de um feminicídio. Nesse caso será preciso identificar como as razões de gênero influenciaram ou não no desfecho fatal. A análise das circunstâncias, dos meios e

modos empregados para a prática do crime, assim como as características do agressor e da vítima e do histórico de violência, podem ajudar a revelar as razões de gênero por trás de um feminicídio.

De acordo com as diretrizes, os feminicídios podem envolver violência doméstica e familiar, violência sexual, tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e a exploração sexual de meninas e adolescentes. Também podem acontecer em circunstâncias associadas ao crime organizado, como a disputa de territórios e os confrontos entre quadrilhas.

Da mesma forma, os autores do feminicídio podem ser múltiplos, não se restringindo a homens e parceiros. As ações podem ser praticadas individualmente ou por grupos ligados a redes de prostituição, de tráfico de pessoas, tráfico de drogas ou outras formas de crime organizado.

Os feminicídios podem ocorrer, inclusive, por ação de agentes do Estado no exercício de suas funções, como aconteceu com Luana Barbosa dos Reis – caso em que a Polícia Militar é investigada pelo assassinato diante das denúncias de várias testemunhas de seu espancamento por policiais em Ribeirão Preto, São Paulo.

Izabel Solyszko Gomes, doutora em Serviço Social e docente na Universidade Externado de Colombia alerta que:

> **"[...]** É impossível falar de feminicídio e não falar do conjunto das desigualdades sociais, não examinar os vários elementos. Acho importante pensar que o feminicídio não é só produto de uma violência de gênero em um contexto afetivo, isso que chamamos de feminicídio íntimo. Esta forma de feminicídio com certeza é muito presente e preocupante, pelo menos 50% das mulheres vão ser assassinadas por ex-marido, marido ou namorado, no âmbito afetivo. Mas há os outros 50% dos casos no Brasil e eles têm muito a ver com outros elementos que precisamos ver e conhecer melhor, como o tráfico de mulheres, o turismo sexual e o tráfico de drogas."

4. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

4.1 - ATRIBUIÇÕES

As atribuições da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania estão elencadas no artigo 32, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões;

b) admissibilidade de proposta de emenda à Constituição;

c) assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça;

e) matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, penitenciário, processual, notarial;

f) Partidos Políticos, mandato e representação política, sistemas eleitorais e eleições;

g) registros públicos;

h) desapropriações;

i) nacionalidade, cidadania, naturalização, regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração;

j) intervenção federal;

l) uso dos símbolos nacionais;

m) criação de novos Estados e Territórios; incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;

n) transferência temporária da sede do Governo;

o) anistia;

p) direitos e deveres do mandato; perda de mandato de Deputado, nas hipóteses dos incisos I, II e VI do art. 55 da Constituição Federal; pedidos de licença para incorporação de Deputados às Forças Armadas;

q) redação do vencido em Plenário e redação final das proposições em geral.

De acordo com o advogado da União Arthur Cristóvão Prado, um dos motivos que torna a CCJC tão relevante para o país é o seu papel na aprovação de leis, funcionando como um controle preventivo de constitucionalidade do direito brasileiro:

> **"[...]** A Comissão tem a atribuição de se manifestar sobre praticamente todas as questões de grande relevância que passam pelas Casas do Congresso Nacional. Seu parecer, quando negativo, implica na rejeição da proposta. Por isso, a CCJC tem o poder de inviabilizar o trâmite de projetos de lei, inclusive aqueles relativos aos direitos humanos."

Dentre as diversas Comissões existentes no Congresso – divididas entre permanentes, temporárias e mistas – a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mais conhecida como CCJ, é uma das mais antigas do parlamento brasileiro.

4.2 - FUNCIONAMENTO E PARTICIPAÇÃO CIVIL

Quando um projeto de lei chega ao Senado, ele é encaminhado para as comissões pertinentes ao tema antes de chegar à Câmara dos Deputados. Se aprovado, vai direto para a Câmara, onde também passará por algumas comissões temáticas, dentre elas, a CCJ.

Um projeto de lei que envolva escolas, por exemplo, passará pela Comissão de Educação, mas também pela CCJ, que ficará responsável em analisar se o projeto obedece à constituição do país e as demais normas legais e regimentais.

Reunião da CCJC (Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania).

Caso seja declarada inconstitucional ou injurídica, a proposição não será submetida a voto ou poderá não ser aprovada.“Em ambas as Casas, a principal função da Comissão é a de emitir um parecer prévio sobre a compatibilidade de projetos de lei nelas propostos com o ordenamento jurídico”, explica o especialista.

A participação direta da sociedade civil na CCJ é permitida por lei e qualquer indivíduo pode propor novos debates ou participar de fóruns existentes na Câmara por meio do Portal e-Democracia. Também é possível participar de audiências públicas por intermédio das entidades da sociedade civil.

As atividades da CCJ e os projetos em tramitação podem ser acompanhados pela página da CCJ nas redes sociais e também por meio das notícias divulgadas no próprio site da Câmara ou do Senado.

5. O CASO DE MARIELLE FRANCO

Até a publicação desde Guia de Estudos, as investigações sobre o assassinato de Marielle estão sendo acompanhadas pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados. Portanto, é necessário explicar aos senhores como é seu funcionamento e quais são as cadeiras que compõem tal comissão. Os senhores devem se sentir à vontade para consultar a página (que estará nas Referências) para acompanhar o trâmite deste processo.

Este trâmite se iniciou pelo requerido Deputado Federal Paulão, do Partido dos Trabalhadores. Na íntegra, encontramos a justificativa pelo pedido da investigação:

> “Os assassinatos da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes levaram centenas de pessoas às ruas do Brasil e do mundo. Mais de um mês após o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson, nenhuma pessoa foi identificada como mandante ou mesmo executor do crime. Essas mortes

> provocaram fortes reações institucionais, inclusive internacionais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), afirmou em comunicado público que o Estado brasileiro tem a obrigação de investigar "de maneira séria, rápida, exaustiva, independente e imparcial, e punir os responsáveis intelectuais e materiais". Já o Sistema das Nações Unidas no Brasil (ONU Brasil) emitiu nota onde se posiciona exigindo "rigor na investigação do caso e breve elucidação dos fatos pelas autoridades, aguardando a responsabilização da autoria do crime". Esses posicionamentos da ONU e da OEA foram seguidos por outras organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, como, por exemplo, o documento assinado por mais de 100 organizações de direitos humanos que foi lido no dia 20 de março durante sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. No Parlamento europeu, deputados prestaram um tributo a Marielle no dia seguinte à sua morte e pediram a suspensão das negociações comerciais para um acordo de livre comércio entre a Europa e o Mercosul. Em nota divulgada na sexta-feira (13), a Anistia Internacional voltou a cobrar resposta das autoridades. "O Estado deve garantir que o caso seja devidamente investigado e que tanto aqueles que efetuaram os disparos quanto aqueles que foram os autores intelectuais deste homicídio sejam identificados. Caso contrário envia uma mensagem de que defensores de direitos humanos podem ser mortos e que esses crimes ficam impunes". Todavia, passados mais de 30 dias dos covardes homicídios poucas informações foram divulgadas até o momento. Ninguém foi identificado como mandante ou mesmo executor do crime. Por todas essas razões, apresento o presente requerimento para cuja aprovação solicito o apoio dos dignos pares. Sala da Comissão, em 17 de abril de 2018"

E, no dia 11 de dezembro de 2018, foi montada uma comissão externa para analisar os casos:

> A Comissão Externa destinada a acompanhar, no Rio de Janeiro, as investigações referentes aos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do Sr. Anderson Pedro Gomes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Relatório do Deputado Glauber Braga. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Jean Wyllys – Coordenador; Jandira Feghali – Vice Coordenadora; Glauber Braga - Relator; Chico Alencar, Erika Kokay, Hugo Leal, Jô Moraes, Maria do Rosário, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reginaldo Lopes e Wadih Damous. Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2018.

Em uma reportagem do portal de notícias G1, publicada no dia do assassinato de Marielle, tem-se o percurso que ela fez durante o dia e as publicações realizadas dias antes do ocorrido. Acompanhe a seguir:

Assassinato de Marielle

Vereadora do Rio foi morta a tiros no centro da cidade

Polícia acredita que Marielle foi seguida desde a reunião de jovens negras

G1

Infográfico elaborado em: 15/03/2018

6. LEIS

Apresentamos abaixo as leis que iremos tomar como base para as discussões desse comitê. Dentre elas, podemos analisar as Leis do Feminicídio, vigoradas pela ex-presidente Dilma Rousseff e a Lei Maria da Penha. Dessa forma, para que este Guia de Estudos não fique extenso e confuso, adicionamos as Leis em Bibliografia Complementar, mas não deixem de ler.

7. REPRESENTAÇÕES

7.1 FLÁVIA ARRUDA

É deputada federal pelo Partido Liberal, ocupando o cargo titular nesta CCJC, além de receber um convite da TV Bandeirantes, foi apresentadora do programa Nossa Gente, que abordava projetos de sucesso na área social. A Câmara dos Deputados lançou pela primeira vez em sua história, uma Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista, um grupo de parlamentares de vários partidos para debater o assunto com a população. Políticas públicas, novas leis e outras medidas podem ser tomadas a partir desses encontros, que não têm prazo para terminar, Frente pela qual a deputada Flávia Arruda recusou a participar. Além disso, a parlamentar acaba de conquistar a posição de vice-líder do Partido da República na Câmara dos Deputados. Também vai assumir uma das cadeiras da Comissão de Seguridade Social e Família. Trabalhando pelo retorno de antigos programas sociais para ajudar mães carentes e dar alimentação à famílias pobres, Flávia Arruda aposta em uma relação produtiva e amistosa com o governador Ibaneis Rocha (MDB). Não é movimento nada difícil. Afinal, a parlamentar e o chefe do Executivo têm pensamentos muito semelhantes.

7.2 SÂMIA BOMFIM

Sâmia de Souza Bomfim é uma servidora pública feminista e política brasileira. É formada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e servidora pública na mesma universidade. eu mandato jovem e feminista levanta bandeiras que a maioria dos políticos não tem coragem de levantar. Ela é linha de frente no enfrentamento do conservadorismo e na oposição aos desmandos do governo Bolsonaro, defendendo sempre a maioria do povo. Algumas bandeiras que a deputada segue:

- Lutar para ampliar e garantir os direitos das mulheres;
- Lutar contra a reforma da previdência e a retirada de direitos dos trabalhadores;
- Defender a educação pública e os professores;

- Agir para garantir respeito e serviços às pessoas com deficiência;
- Defender a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros;
- Combater o racismo, o genocídio e o encarceramento em massa da população negra;
- Defender o SUS e lutar contra a máfia das OSs;
- Defender a reforma agrária, a soberania alimentar, a agricultura familiar e a agroecologia;
- Defender o financiamento público e independente da cultura com critérios democráticos nos editais;
- Lutar pelo direito à cidade: reforma urbana, defesa dos movimentos de moradia e transportes e combate à especulação imobiliária;
- Defender a legalização das drogas e uma política de redução de danos;
- Denunciar a falência do regime político e defender a democracia direta;
- Batalhar por outro modelo de segurança pública e pela desmilitarização das polícias;
- Lutar pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, em defesa dos recursos naturais e contra o agronegócio;
- Atuar com transparência contra os corruptos e conservadores;
- Ser oposição ao governo Bolsonaro e à bancada conservadora do Congresso;
- Defender a auditoria da dívida pública, a taxação das grandes fortunas e o fim do ajuste contra os trabalhadores;
- Defender a democratização da mídia e dos meios de comunicação;
- Ser contra as privatizações dos bens e riquezas brasileiros;
- Defender a escola pública, combatendo o "Escola Sem Partido" e a reforma do ensino médio.
- Defender os Direitos Humanos e a revisão da Lei da Anistia.
- Lutar pelo acolhimento dos imigrantes e refugiados e defesa do internacionalismo.
- Construir com a população de São Paulo, em espaços abertos, um mandato plural e democrático.

7.3 ALESSANDRO MOLON

É filiado ao Partido Socialista Brasileiro professor e radialista brasileiro filiado ao Partido Socialista Brasileiro, atual líder da oposição na Câmara dos Deputados. Em seu primeiro mandato como deputado federal, foi o relator e principal articulador da aprovação do Marco Civil da Internet. Molon foi um dos principais responsáveis pela cassação de Eduardo Cunha. Barrou a portaria do Trabalho Escravo de Temer, está na resistência contra o PL do Veneno que libera agrotóxicos, aprovou a Lei da Internet Livre e lutou em defesa do trabalhador e contra as cruéis reformas da Previdência e Trabalhista. Ao lado da sociedade, conseguiu impedir que Temer vendesse a Amazônia. Tendo como base a análise no site do deputado, não há nenhuma medida relacionada aos movimentos feministas, apenas dizendo sobre Temer e as suas propostas na Reforma da Previdência.

7.4 MARIA DO ROSÁRIO

É reconhecida pelo seu trabalho com os Direitos Humanos, filiada ao Partido dos Trabalhadores e é deputada pelo Rio Grande do Sul. O NAPP Mulher (Núcleo de Acompanhamento das Políticas Públicas para as Mulheres) divulgou nota de solidariedade à deputada federal pela vitória no processo que moveu contra o então deputado federal e hoje presidente Jair Bolsonaro. Abaixo, na íntegra, um trecho do que aconteceu: O NAPP Mulher, que vem discutindo os retrocessos das políticas nesta área nos últimos meses, manifesta total solidariedade à companheira deputada federal Maria do Rosário por sua significativa e importante vitória no processo que moveu contra o então Deputado Federal e hoje Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Em 2014, o então deputado, no plenário da Câmara, num total descontrole, em um ato de violência, dirigiu-se aos berros à deputada e proferiu a frase “eu não lhe estupro, porque você não merece”. Maria do Rosário então o processou tanto pelo manifesto desrespeito à todas as mulheres, como por sua fala misógina e de apologia ao estupro.As mulheres brasileiras estão representadas pela coragem e determinação da Deputada. Repudiam veementemente a misoginia do presidente da República ao desrespeitar todas as mulheres e banalizar a violência do estupro, que tem aumentado desde que ele assumiu o cargo, e com manifestações de incentivo à violência, com a liberação do uso das armas, atos que têm o efeito de autorizar a impunidade dos agressores e assassinos de mulheres. O Presidente condenado é o mesmo que nos 100 primeiros dias de seu governo desmontou as políticas de enfrentamento à violência conquistadas pelas mulheres. Além

disso, definiu as mulheres, população negra, LGBTI, indígenas e pobres como alvos principais de seus ataques, destruindo os direitos duramente conquistados ao longo das últimas décadas.

7.5 REGINALDO LOPES

É um economista e político brasileiro. O parlamentar é o autor da Lei de Acesso à Informação que regulamenta o direito constitucional de qualquer pessoa, física ou jurídica, obter informações públicas de órgãos e entidades sem necessidade de apresentar motivo. Na Câmara, liderou importantes iniciativas, sendo autor e presidente de inovadoras comissões parlamentares: Políticas Públicas para a Juventude, Enfrentamento ao Crack e outras drogas e Reforma do Ensino Médio. Foi relator do Novo Fies. Um de seus objetivos é lutar pelo fim do extermínio da população jovem negra e pobre, e trabalhar pelo avanço do Brasil no rumo de uma nova sociedade do conhecimento, baseada na inovação tecnológica.

7.6 ERIKA KOKAI

Erika Kokay é uma psicóloga, bancária, sindicalista e política brasileira. Presidiu o Sindicato dos Bancários de Brasília entre 1992 e 1998 e a Central Única dos Trabalhadores-DF de 2000 a 2002. Exerceu com brilhantismo a luta contra a corrupção, os bingos, o abandono em que se encontrava a saúde, a utilização indevida do Banco Regional de Brasília e outras ações pela moralização do Distrito Federal. Na Câmara Legislativa, presidiu as Comissões de Direitos Humanos, e a de Defesa dos Direitos do Consumidor. Foi por duas vezes, 2005 e 2009, líder da bancada do PT: na segunda liderança, teve atuação destacada na apuração das denúncias da Operação Caixa de Pandora, que resultou na renúncia do ex-governador do DF, José Roberto Arruda, e cassação de deputados distritais. A sua atuação destacada na Comissão de Direitos Humanos e Minorias; como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em todo o Brasil (2012/2014); na Comissão Especial de Reforma Política; na Comissão Especial que trata da educação sem o uso de castigos corporais; na Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, assim como na luta pela demarcação do Santuário dos Pajés, no bairro Noroeste, em Brasília, e várias outras ações em favor dos segmentos historicamente minorizados, evidenciaram a dimensão do mandato de Erika.

7.7 GLEISI HOFFMANN

É advogada e atualmente exerce o mandato de deputada federal e de presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. Nas eleições de 2018 foi eleita deputada federal pelo Paraná, sendo a terceira mais votada no estado. Alguns pronunciamentos da parlamentar em 2018: Críticas ao Presidente Jair Bolsonaro devido ao tratamento desrespeitoso com os médicos cubanos do Programa Mais Médicos; Alerta contra as propostas do Presidente da República eleito; Preocupação com a redução da desigualdade de renda no Brasil, que foi interrompida pela primeira vez em 15 anos; Críticas à atuação da Operação Lava Jato no que concerne ao ex-Presidente Lula; Comentários sobre a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres; Homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e comentários sobre a sensibilidade do Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para com a população negra. Em outro pronunciamento, Hoffmann cita: “O feminismo é a luta pela democracia e pela libertação de todos os setores oprimidos e injustiçados pelo patriarcado. Viva a luta das mulheres! Viva o feminismo!!” A deputada defende os Direitos Humanos.

7.8 TABATA AMARAL

É uma cientista política, congressista e ativista pela educação brasileira. Filiada ao Partido Democrático Trabalhista, é deputada federal por São Paulo, tendo sido a sexta candidata mais votada no estado. É importante ressaltar que a deputada é colunista do Nexo Jornal, um jornal online que tem pessoas de cunho importante na sociedade como colunistas. Abaixo, um trecho da deputada: “Quase que em um ritual diário, perguntam se eu sou mesmo deputada. Diante da afirmação positiva, um segurança chegou a questionar se eu não estava me confundindo, se eu não era deputada estadual. Mesmo com a identificação de deputada federal no peito - aquele pin pregado na roupa - sou constantemente impedida de entrar no plenário da Câmara. Num único dia, fui barrada cinco vezes, em diferentes ambientes. E por quê? Porque sou jovem e mulher - não "pareço" deputada. Neste primeiro mês, já tive minha inteligência questionada (para não trazer o conjunto de adjetivos nada lisonjeiros usados por outros parlamentares para me descrever) mais vezes do que em toda a minha vida. Eu compus a delegação brasileira cinco vezes em competições mundiais de ciências (sempre como a única mulher) e sou formada em ciência política e astrofísica. Isso me faz perceber mais uma vez como os preconceitos sobrepõem qualquer evidência. Me faz pensar também em todas as mulheres que, ao contrário de mim, não tiveram todo o apoio que tive na minha carreira acadêmica: é difícil acreditar na sua competência quando todos os dias apontam o contrário. O machismo sabota a participação feminina de diferentes

maneiras. Às vezes hostil, outras nem tanto, o fato é que ser uma jovem mulher no Parlamento é um desafio cultural no Brasil. Trata-se de romper barreiras, lutar por novas mentalidades. Avaliem se, além de jovem, fosse também negra e homossexual. Estaria enfrentando simultaneamente todas as lutas vanguardistas. Hoje, as mulheres ocupam apenas 77 do total de 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, um aumento de 50% em relação à legislatura passada. O Brasil está na 156° posição no ranking mundial da participação das mulheres na política, em uma lista de 190 países. Ainda temos um longo caminho e muita luta pela frente". Texto importante para entendermos a posição que a deputada vem tomando nos seus discursos.

7.9 TULIO GADELHA

É um servidor público e político brasileiro. Filiado ao Partido Democrático Trabalhista, exerce atualmente o cargo de deputado federal por Pernambuco. É membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Em atualização de sua última atividade na Câmara, acompanhou a uma audiência que atende o requerimento feito pelo deputado sobre os direitos LGBTI. O parlamentar propôs o debate em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia, que se celebra no dia 17 de maio de cada ano, instituído oficialmente pelo Decreto de 4 de junho de 2010. Tem atuado em projetos para a redução das desigualdades. Ele, juntamente com outros deputados, considera importante a inclusão da mulher no cenário político e defendeu o cuidado com a família e o combate à questão de gênero, entre outros pontos. Sendo estreante no campo da política, Gadelha tem se mostrado ativista das minorias sociais e tem contribuído nas causas sociais.

7.10 PAULINHO DA FORÇA

É um metalúrgico, sindicalista e político brasileiro. É o atual presidente nacional da central sindical Força Sindical e presidente nacional do partido Solidariedade. Tem sido investigado em algumas pautas e, assim, teve alguns de seus bens bloqueados por um período de cinco anos. Não há informações que o deputado contribua para movimentos sociais e nem mesmo às causas feministas. O que há, mas não está diretamente relacionado às causas citadas acima é que Paulinho é conhecido por fazer parte da chamada "Tropa de Choque de Cunha", grupo de 9 deputados federais que teve como objetivo obstar no Conselho de Ética todas as tentativas de investigação e punição do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o qual possui

contas em seu nome na Suíça. Trabalhou ativamente na campanha do colega de partido à presidência da Câmara. No Conselho de Ética, era um dos deputados mais atuantes na defesa de Cunha. Costuma apresentar reiterados questionamentos nas sessões do Conselho de Ética, como uma manobra para adiar ao máximo o andamento do processo.

7.11 CLARISSA GAROTINHO

É uma jornalista e política brasileira, filiada ao Partido Republicano da Ordem Social. Atualmente exerce o cargo de deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro. De acordo com uma matéria publicada pela revista Folha, "A chegada de Clarissa Garotinho para compor a bancada feminina da Câmara dos Deputados com a maior votação absoluta entre as deputadas federais é aguardada com receio por parlamentares mais próximas do movimento feminista. O medo é de que a filha do ex-governador Anthony Garotinho (PR-RJ), da Igreja Presbiteriana, queira disputar os rumos da bancada e mudar a postura do grupo quanto a temas como reforma política – onde as deputadas defendem a inclusão da paridade de gênero com lista fechada – bem como questões relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos. Hoje, além de promover a convivência entre as deputadas, a bancada feminina também tem representação oficial no Colégio de Líderes da Câmara." Garotinho tem se apresentado de forma contrária em algumas pautas da Câmara.

7.12 RENATA ABREU

É uma administradora de empresas, advogada e política brasileira. É presidente nacional do Podemos e deputada federal por São Paulo desde 2015, quando foi eleita com 86.647 votos. Foi líder da bancada do partido, que conta com 13 deputados. De acordo com o site da deputada, ela conhece bem as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, que são maioria na população nacional (52%). Ela trabalha muito para garantir e efetivar os direitos das brasileiras. São várias lutas pela frente, como tornar crime, com pena de prisão, a importunação sexual em locais públicos, deixando de ser mera contravenção episódios como ocorridos nos últimos tempos de mulheres serem molestadas em transportes públicos (aguardando sanção presidencial para ser inserido no Código Penal). Também conseguiu que profissionais de Saúde registrem nos prontuários médicos casos de violência contra a mulher, para fins de estatística, prevenção e apuração da infração penal (aprovado na Câmara e aguardando aprovação no Senado).

Renata também luta pela ampliação da licença maternidade em casos de recém-nascidos que precisam de atendimento especial de saúde, além do direito de faltar ao trabalho das avós no nascimento de netos sob sua dependência econômica.

7.13 MARCO FELICIANO

Eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2010 com 212 mil votos, foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12° entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo, atualmente, é filiado ao Podemos (PODE).

Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu durante o ano de 2013, o que gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas de Feliciano, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Foi um dos únicos dez deputados que votou em plenário contra a cassação do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em setembro de 2016. Durante uma entrevista para o livro Religiões e política; uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil, o deputado fez uma declaração que causou repercussão negativa entre grupos de direitos das mulheres, ao dizer: "Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos."

7. 14 KIM KATAGUIRI

É um político, ativista, conferencista e ex-colunista da Folha de S. Paulo (e do The Huffington Post Brasil), é deputado federal pelo estado de São Paulo e afiliado ao Partido Democratas (DEM). É mais conhecido por ser cofundador e coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), sendo uma das principais figuras do movimento liberal brasileiro moderno. Kataguiri é neto de imigrantes japoneses. Em outubro de 2015, a revista americana TIME classificou Kataguiri como um dos jovens mais influentes do mundo naquele ano; suas concepções são bastantes influentes na juventude liberal brasileira. Atualmente, como deputado ele defende propõe agenda liberal para o congresso e sustenta os ideais liberais no parlamento. Kim defende abertamente a posse de arma, reforma previdenciária e critica a vitimização das políticas para a diversidade e sustenta um projeto de mais abertura econômica para o Brasil.

7.15 JOICE HALSSEMANN

É uma jornalista, radialista, escritora, comentarista, ativista política, política brasileira e a mulher mais votada para a Câmara dos Deputados da história do Brasil. Trabalhou na rádio CBN, na BandNews FM, na revista VEJA como apresentadora do *TVEJA*, na Record pela afiliada RIC TV e teve uma breve passagem no SBT pela afiliada Rede Massa. Também teve uma breve atuação na rádio Jovem Pan de São Paulo onde foi âncora do programa Os Pingos nos Is. A jornalista também atua por meio do seu canal no Youtube, onde apresenta e comenta o noticiário nacional, além de regularmente participar de palestras e congressos pelo país.

Hasselmann assumiu posicionamento político de direita e se declarou como uma conservadora. Além disso, afirmou que o conteúdo que produz é destinado ao público conservador. Hoje, como deputada, é a líder do partido PSL na câmera. Portanto, possui uma enorme importância dentro do parlamento.

7.16 EDUARDO BOLSONARO

Filho do atual presidente Jair Bolsonaro, Eduardo é um advogado policial federal e político brasileiro, é deputado pelo estado de São Paulo e é filiado ao Partido Social Liberal. Alinhado com posições de direita, Eduardo é conhecido pelas polêmicas juntamente com seu pai,

como por exemplo, se opor ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e Política de cotas, também pretende criminalizar o comunismo.

Suas principais propostas são a redução da maioridade penal, agronegócio contra invasões MST, fim do auxílio-reclusão para presos, trabalho obrigatório para presos, planejamento familiar (PEC 584/02), contra o desarmamento, valorização das forças armadas e a favor do livre-comércio.

7. 17 CAROLINE DE TONI

É uma advogada e política brasileira. Nas eleições 2018 foi eleita deputada federal de Santa Catarina, pelo Partido Social Liberal (PSL), com 109.363 votos - a maior votação entre as mulheres eleitas em Santa Catarina e o menor custo por voto de todos os eleitos a deputado federal no estado.

Foi aluna do filósofo brasileiro Olavo de Carvalho no ano de 2006 e passou a militar politicamente em prol do conservadorismo alguns anos mais tarde. Foi quem protocolou o 1º pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, tendo também participado dos protestos contra o governo Dilma como presidente do MBL Chapecó. Além disso, ministrou várias palestras e participou de vários debates com a esquerda em universidades públicas de Santa Catarina e foi também Co apresentadora do Terça Livre TV.

7.18 MARGARETE COELHO

É uma advogada e política brasileira, deputada federal eleita pelo Piauí. Filiada ao Progressistas, cumpriu o mandato de vice-governadora do Piauí entre 2015 e 2019, tendo sido a primeira mulher eleita no estado para o cargo. Atualmente cumpre o mandato de deputada federal. Foi eleita deputada estadual em 2010, na Assembleia Legislativa passou a ser reconhecida como deputada atuante, afeita ao debate e ao diálogo, verbalizando na luta em defesa dos direitos da mulher, da diversidade, dos recursos naturais do Piauí, enfrentamento às drogas dentre muitas outras frentes de reivindicação popular. A deputada foi um importante idealizador e colaboradora de políticas públicas a favor da mulher, as quais se tornaram referência no País, sendo inclusive, premiadas pela importância e pioneirismo da iniciativa. Como parlamentar, integrou as comissões

de Constituição e Justiça, Defesa dos Direitos da Mulher, Infraestrutura, Política Econômica e Segurança Pública.

7.19 AÉCIO NEVES

É um economista e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é deputado federal pelo estado de Minas Gerais. Foi senador da República por Minas Gerais entre 2011 e 2019 e foi o décimo sétimo governador do estado entre 1.º de janeiro de 2003 e 31 de março de 2010.

Aécio foi eleito governador de Minas Gerais em 2002, sendo reeleito em 2006. Renunciou ao cargo em março de 2010 para concorrer ao Senado, elegendo-se ao cargo com a maior votação do estado. Escolhido em 2013 para presidir o PSDB, foi candidato o candidato do partido à Presidência da República em 2014, tendo como principais adversários a candidata a reeleição, Dilma Rousseff, e Marina Silva. No primeiro turno, Aécio obteve 33,5% dos votos válidos, classificando-se para o segundo turno com Dilma. Na eleição presidencial mais disputada da história do país, Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos e Aécio retornou ao Senado.

7.20 ÉDER MAURO

Éder Mauro é um delegado de polícia e político brasileiro, atualmente, é deputado federal pelo Pará e é filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Tem uma postura mais de centro e foi a favor de projetos como a reforma trabalhista e a PEC do Teto dos Gastos Públicos, ele já se mostrou bastante conservador e é contra assuntos como educação sexual, ideologia de gênero e a descriminalização de drogas. Ele responde judicialmente por tortura, extorsão e ameaça, além de responder um processo no conselho de ética por adulterar e divulgar um vídeo do ex deputado Jean Wyllys. O deputado possui enorme relevância para aprovação de projetos, pois sua liderança é muito importante nas negociações dentro da CCJC.

7.21 LUÍSA CONZIANI

É uma advogada e política brasileira, eleita à Câmara dos Deputados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 2018. É filha do ex-deputado Alex Canziani.Em sua primeira disputa eleitoral, aos 22 anos, foi eleita com 90 mil votos deputada federal, tornando-se a congressista mais jovem do Brasil.

7.22 ALEXANDRE FROTA

Atualmente, Alexandre Frota tem participado de ativismo político, tendo, segundo ele, fundado o Movimento Brasil Livre (tal fato é questionado na justiça), e sendo hoje proprietário da Associação Movimento Brasil Livre. Também tem se envolvido com o chamado Escola sem Partido.

O deputado eleito, disse que irá priorizar na câmara o combate a corrupção e implementar propostas contra "doutrinação" nas escolas, com o projeto de lei "Escola sem Partido". Frota pretende focar sua atuação política em propostas ligadas a área da educação, contra ideologia de gêneros e doutrinação nas escolas. O deputado aponta várias falhas na gestão do antigo governo e afirma apresentar sugestões para melhorar o processo e enfim acabar de vez com a corrupção no país.

7. 23 MARCELO FREIXO

É um professor e político brasileiro, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e atualmente deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi deputado estadual do Rio de Janeiro e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Ganhou notoriedade nacional quando presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito das milícias no Rio de Janeiro

Antes de se eleger deputado estadual, Marcelo trabalhou como pesquisador da ONG Justiça Global e como consultor do deputado federal Chico Alencar na área de direitos humanos. De 1993 a 1995, foi diretor do Sindicato dos Professores de São Gonçalo e Niterói. Foi voluntário no projeto de prevenção a AIDS nas prisões do estado durante os anos de 1995 e 1996, coordenou projetos educativos no sistema penitenciário e, de 2001 a 2004, presidiu o Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro, onde exerceu papel fiscalizador dos direitos humanos nas carceragens e presídios do estado.

7.24 JOENIA WAPICHANA

É o nome da primeira mulher indígena a ser eleita como deputada federal, eleita com 8.491 votos das urnas ela é a indígena que ocupa pela primeira vez o cargo em 194 anos de Câmara. Advogada, com 43 anos, Joenia afirma que sua missão é defender os direitos coletivos dos indígenas. Wapichana, sobrenome que carrega da origem do seu povo, que tem em média 13 mil pessoas que vivem no vale do rio Tocutu. Joenia também foi a primeira mulher indígena a fazer uma sustentação oral no plenário do STF. A deputada não representa apenas os indígenas, representa também o aumento da participação feminina na bancada do Congresso Nacional, que está entre as 77 parlamentares eleitas do total de 513. Como mulher indígena e advogada, ela faz uma defesa política e ativa pelos direitos de seu povo.

7.25 FELIPE FRANCISCHINI

Luis Felipe Bonatto Francischini é um advogado e político brasileiro, atualmente Deputado federal do estado do Paraná e afiliado ao Partido Social Liberal. É filho do delegado e deputado Fernando Francischini e é presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Felipe se apresenta um antipetista fervoroso e defensor da cesta de pautas que compõem o ideário "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O deputado, por exemplo, declara admirar a construção política feita por Ulysses Guimarães durante a Constituinte e o domínio do processo legislativo de Eduardo Cunha, ambos monumentos da política tradicional em suas variadas facetas.

8 QUESTÕES RELEVANTES PARA O COMITÊ

a) Quais os motivos levaram ao assassinato de Marielle e Anderson?

b) De que forma a CCJC, junto à ONU, pode garantir ações que tratem do feminicídio?

c) Quais os tipos de tecnologias podem contribuir para que a redução dos casos de feminicídio dessas minorias seja efetivada?

d) Como combater o feminicídio? Como a família afeta no resultado?

e) Como estabelecer parcerias entre os grupos sociais para a redução das práticas de assassinato às mulheres?

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL (Estado). Constituição (2015). Lei nº 13104, de 9 de março de 2015. **Altera O Art. 121 do Decreto-lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal, Para Prever O Feminicídio Como Circunstância Qualificadora do Crime de Homicídio, e O Art. 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de Julho de 1990, Para Incluir O Feminicídio no Rol dos Crimes Hediondos.** Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL (Estado). Constituição (2006). Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006. **Cria Mecanismos Para Coibir A Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher, nos Termos do § 8o do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Sobre A Eliminação de Todas As Formas de Discriminação Contra As Mulheres e da Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar A Violência Contra A Mulher; Dispõe Sobre A Criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher; Altera O Código de Processo Penal, O Código Penal e A Lei de Execução Penal; e Dá Outras Providências.**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 27 maio 2019.

REFERÊNCIAS

1. **VOCÊ SABE O QUE É UMA PEC?** POLITIZE! *Disponível em: <www.politize.com.br/voce-sabe-o-que-e-uma-pec/> Acesso em: 20.jan.2019*
2. **CINCO PERGUNTAS SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. NOVA ESCOLA. *Disponível em: <novaescola.org.br/conteudo/2104/cinco-perguntas-sobre-o-supremo-tribunal-federal> Acesso em: 20.jan.2019*
3. **O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO DIREITO FUNDAMENTAL**. REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO. *Disponível em: <coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/a8.htm> Acesso em: 26.jan.2019*

4. **NOTÍCIAS**. STF. *Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=289680&caixaBusca=N> Acesso em: 19.jan.2019*
5. **HISTÓRICO**. STF. *Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico> Acesso em: 19.jan.2019*
6. **REQUERIMENTO DO SR. PAULÃO**. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. *Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B8009C530FFC01AB6C16FF279EEB3590.proposicoesWebExterno2?codteor=1652594&filename=Tramitacao-REQ+36/2018+CDHM> Acesso em: fev.2019*
7. **PAULÃO CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR INVESTIGAÇÕES DA MORTE DE MARIELLE**. BRASIL 247. *Disponível em: <www.brasil247.com/pt/247/alagoas247/346905/Paulão-cria-comissão-para-acompanhar-investigações-da-morte-de-Marielle.htm> Acesso em: fev.2019*
8. **O QUE FAZ A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJC)?** REDE PETECA. *Disponível em: <www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/tira-duvidas/o-que-voce-precisa-saber-sobre/o-que-faz-comissao-de-constituicao-justica-e-cidadania-ccj/> Acesso em: fev.2019*
9. **DOSSIÊ FEMINICÍDIO**. AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Disponível em: <dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/> Acesso em: abr.2019*
10. **BRASIL PIORA NO RANKING DE FEMINICÍDIO**. AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *Disponível em: <dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/pesquisa/mapa-da-violencia-2015-homicidio-de-mulheres-no-brasil-flacsoopas-omsonu-mulheresspm-2015/#a-casa-como-local-de-morte-para-as-mulheres> Acesso em: abr.2019*
11. **HISTÓRICO E ATRIBUIÇÕES**. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc/conheca> Acesso em: abr.2019*
12. **PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES**. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Disponível em:*

<www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=&ano=&autor=&inteiroTeor=marielle&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5B%5D&data=26/01/2019&page=false> Acesso em: abr.2019